

É Essencial a Classe Política do País Priorizar os Recursos para as Forças Armadas

Luciano Dornello Manso¹

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022 deverá ser encaminhado, pelo Poder Executivo, ao Congresso Nacional, até o dia 31 de agosto de 2021. E com as recentes melhoras de comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e fiscais utilizados, para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, o Brasil terá uma situação fiscal melhor e poderá ter um orçamento maior do que o projetado inicialmente para o ano de 2022.

E esse cenário tem suscitado debates importantes, sobre a peça orçamentária que será enviada, em breve, ao Legislativo. Aumento do valor do programa Bolsa Família, reajuste de salário de servidores e elaboração de um novo programa de incentivos ao mercado de trabalho estão no centro do debate, para abocanhar esse espaço orçamentário que se vislumbra para o próximo exercício financeiro.

Contudo, os gastos discricionários do Governo, que deveriam ser objeto de atenção devido ao baixo montante dos últimos anos, têm sido relegados a segundo plano, principalmente, os destinados ao setor de Defesa Nacional. E este fato é extremamente preocupante para o País.

Os principais indicadores macroeconômicos utilizados, para elaboração do Projeto de Lei de Orçamento Anual de 2022, tem sido revistos, nas últimas semanas, tanto pelo Governo quanto pelo mercado, frente a melhora do quadro econômico brasileiro. O crescimento real do PIB e o aumento do IPCA têm contribuído para uma relação dívida/PIB mais favorável.

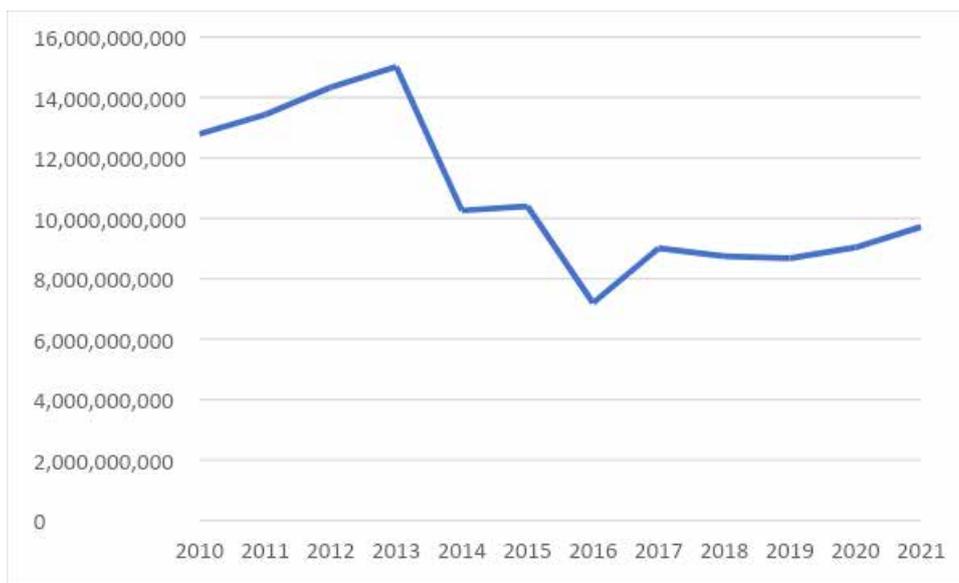
Além disso, o aumento da inflação, no País, acima das previsões iniciais, deverá abrir um espaço maior, no orçamento, uma vez que o Teto dos Gastos da União, hoje a principal âncora da política fiscal brasileira, é atualizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA).

¹ Servidor do Ministério da Defesa. Email: procleme@gmail.com.

Nesta toada, o Diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, publicou um artigo em que diz que é favorável à aplicação dessa folga, no orçamento, em aumento do Bolsa Família ou em um programa novo de renda básica. A imprensa, nos últimos dias, noticiou, amplamente, que o Governo está estudando reajustar o salário dos servidores públicos federais. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, tem defendido a carteira verde e amarela para reduzir o desemprego no país.

As despesas discricionárias do Poder Executivo Federal que não tem tido muita atenção, entretanto, deverão ficar, no pior patamar dos últimos 10 anos, no ano de 2021. A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) fez uma previsão, para o ano de 2021, de um gasto discricionário, no valor de R\$ 119,3 bilhões, ou 1,4% em relação ao PIB. Isso demonstra a situação degradante dos gastos discricionários.

E, ao se analisar o orçamento discricionário do Ministério da Defesa, aprovado na LOA 2021, de R\$ 9,7 bilhões, verifica-se que o valor é 50% menor do que o aprovado, na LOA do ano de 2013, conforme gráfico a seguir:



Fonte: Dados do Painel do Orçamento Federal (SIOP)

Portanto, fica clara a ausência de prioridade da classe política, no momento de alocar recursos, para a Defesa Nacional.

Uma hipótese para compreender melhor essa situação de baixa prioridade foi formulada, no livro “Democracia e Forças Armadas no Cone Sul”. Denominada de “teoria da inexistência de risco iminente”, diz que, enquanto não existe ameaças concretas ao País, a classe política não irá priorizar a Defesa Nacional.

Crescimento expressivos de ataques cibernéticos, no Brasil, declaração de presidente de outra nação de debater a “internacionalização” de parte do território nacional e instabilidade política, social e econômica de países que fazem fronteira com o Brasil são alguns exemplos de situações que deveriam suscitar, no mínimo, uma maior atenção e priorização da classe política brasileira. E, aqui, vale rememorar aquele velho provérbio em latim *Si vis pacem, para bellum* que em tradução livre significa “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”

Outro fator importante que a classe política deveria considerar, no momento da alocação de recursos em Defesa, foi abordado, por Adam Smith, considerado o filósofo mais influente do liberalismo. Em sua obra, “A Riqueza das Nações”, ele realçou que o Estado deve sustentar três áreas: bens públicos, justiça e defesa. E, como a maior parte da classe política vencedora das últimas eleições defendeu a bandeira do liberalismo econômico e a diminuição do Estado, em suas campanhas políticas, então priorizar a Defesa Nacional não é só manter a coerência com as suas promessas eleitorais, mas também representar, em sua atuação no parlamento, as pautas que fizeram parte da população votar nesse congressista.

A Defesa Nacional, que deveria estar em uma situação orçamentária melhor, vem sofrendo, ao longo dos anos, com severas restrições orçamentárias. E os impactos dessa limitação de recursos estão começando a aparecer.

A Força Aérea Brasileira (FAB) anunciou, recentemente, que irá rever o quantitativo contratado de 28 aeronaves KC-390, junto à Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), devido à falta de recursos.

Essa situação financeira deteriorada não se limita ao projeto KC-390. O Ministro da Defesa, Walter Braga Netto, salientou, em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado Federal, que o principal problema das Forças Armadas é o orçamento. E ele citou que os projetos estratégicos de Defesa, como o PROSUB (Programa de Desenvolvimento de Submarinos), SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira), FX-2 (Gripen) e KC-390 carecem de recursos para que não haja atrasos.

Assim, é primordial que a classe política destine os recursos para atender as necessidades das Forças Armadas, o quanto antes, para que elas tenham as condições adequadas de responder a eventuais ameaças à soberania nacional.